

# Congresso começa a analisar reforma fiscal dia 27

Logo depois do segundo turno das eleições, já no dia 27, o governo pretende enviar ao Congresso proposta de reforma tributária para ser votada ainda este ano a partir de acordo entre os partidos da base aliada. Ficaria para 1999 a regulamentação desta reforma contendo pontos que ainda estão em discussão entre União e Estados.

A expectativa do governo é a de que a transição do atual para o novo modelo tributário se dê em 12 anos. E para evitar perdas - tanto da União, quanto dos Estados e dos municípios -, a proposta prevê a criação de um Fundo de Equalização que seria gerido por uma agência com representantes das três esferas de Poder.

Nos oito primeiros anos, este Fundo iria repor todas as perdas da União, Estados e Municípios. E nos últimos quatro anos os repasses seriam decrescentes.

Os dirigentes dessa agência de compensação seriam referendados pelo Senado - uma reprodução do sistema que existe no Canadá. Além de administrar este Fundo de Equalização, esta agência iria administrar também o Fundo de Participação dos Estados (FPE) e o Fundo de Participação dos Municípios (FPM). "Este é um conceito novo que teria representantes das três esferas de Poder", explicou um dos responsáveis pela elaboração da proposta que está em discussão dentro do governo.

## Objetivos

A reforma tributária em estudos pelo governo tem quatro princípios: simplificar o sistema tributário brasileiro; eliminar o imposto em cascata; não aumentar a carga tributária e assegurar que não haverá perdas. A partir destes princípios, o governo está definindo as inovações a serem apresentadas ao Congresso.

A primeira delas é a criação do IVA - Imposto sobre Valor Agregado - que seria recolhido pelos Estados e seria cobrado no destino do produto. Os Estados reteriam 70% do imposto arrecadado e repassariam 30% para a União. Com isso, o governo pretende simplificar o sistema uma vez que teria uma legislação

nacional (enquanto hoje, cada Estado tem a sua) e apenas uma alíquota de imposto. Este é o ideal, mas se for necessário, o governo poderá adotar até três alíquotas diferenciadas por produtos.

Com essa providência - o IVA recolhido no destino do produto - o governo federal espera dois resultados: reduzir a sonegação e acabar com a chamada "guerra fiscal" entre os Estados. O governo estuda fórmulas de os Estados mais pobres atraírem investimentos como, por exemplo, criando fundos estaduais de incentivos às indústrias.

**CRISTIANA LÔBO**

Reporter do Jornal de Brasília